

DOS TEMPOS IMPERIAIS AO PNLD: A PROBLEMÁTICA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL. Aline Aparecida Pereira Zacheu; Laura Laís de Oliveira Castro. UNESP/BAURU. aline.apz@hotmail.com ; laura_laiscastro@hotmail.com .

Eixo temático: Política educacional.

Resumo: Nesse trabalho objetivou-se uma pesquisa bibliográfica a respeito da problemática do livro didático em terras brasileiras, a trajetória histórica desse material didático de grande poder ideológico e político e também o desenrolar de legislações e programas específicos para controle e reprodução desse material. O período delimitado para pesquisa se inicia nos anos 20 do século XIX, estendendo-se até a contemporaneidade. No período Imperial e durante a República Velha pode-se perceber a intenção de utilizar o livro como um meio de concretizar o ideal nacionalista do país em formação e, em períodos de governos mais centralizadores e autoritários, o seu uso se concretiza como uma ferramenta de reprodução ideológica do governo em questão. Com o advento da abertura política do país, houve a democratização da entrada do livro nas escolas por meio de um processo de escolha da qual participam os professores. Entende-se aqui que os livros didáticos foram utilizados em diferentes momentos da história do Brasil como instrumentos de reprodução ideológica das classes dominantes e por isso não devem ser estudados apenas como uma metodologia de trabalho em sala de aula, mas também como uma mercadoria da indústria editorial.

Palavras-chave: Livro didático no Brasil. Políticas educacionais. Perspectiva histórica.

1. Introdução

Este texto tem por propósito apresentar a trajetória histórica do livro didático no Brasil, considerando seus usos, legislação, como também as implicações que essa ferramenta educacional possa envolver. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica entre importantes autores que tratam da temática, com a finalidade de apresentar as transformações ocorridas com o livro didático desde o século XIX até a contemporaneidade.

Considerando a importância desse material didático para a formação dos alunos desde o período imperial, o presente trabalho buscou demonstrar também sua vinculação ideológica com os projetos do Estado em todos os períodos abordados, desde a implantação das Escolas de Primeiras Letras no início do Império, precisamente a partir de 1827, até a década de 1980, com o advento do processo de redemocratização do país, estendendo-se até os dias atuais.

Os livros didáticos foram utilizados em diferentes momentos da história do Brasil como instrumentos de reprodução ideológica das classes dominantes. Transmitem valores ligados a esses grupos, constituindo uma mercadoria bastante lucrativa e que ainda hoje representa os interesses de determinados segmentos da sociedade. Atualmente, apesar de serem escolhidos pelos professores de maneira democrática, muitas vezes não contemplam a realidade social das diversas escolas existentes nesse Brasil continental. Além disso, para muitos alunos, representam a única referência para a introdução à chamada sociedade letrada, afirmando-se como um instrumento educacional complexo e ambíguo.

Nesta perspectiva, o presente trabalho é de suma importância, pois permite traçar um panorama da trajetória desse objeto de ensino, assim como da educação no Brasil e, além disso, permite repensar qual é o papel do livro didático na escola brasileira contemporânea, influenciada pelas transformações tecnológicas e pelo advento da chamada sociedade do conhecimento.

2. Trajetória do livro didático durante o Império e a Primeira República

Têm-se registros do uso de livros didáticos no Brasil no período imperial desde 1820, quando foram instaladas as primeiras escolas públicas no país. Nessa década se iniciou também a produção de manuais editados nas gráficas brasileiras, ocorrendo a maturidade de sua produção entre os anos de 1860 e 1880, com a ampliação do Ensino Primário no Brasil.

Segundo Silva (2012), a partir do período imperial o livro didático passou a ser utilizado de maneira mais sistemática no Brasil, principalmente com a criação em 1838 do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. A educação neste período privilegiava a elite, sendo a Europa a referência de cultura para esse extrato social, especificamente a sociedade francesa; assim, era frequente os livros didáticos aqui utilizados serem importados da França. Além disso, ainda de acordo com Silva (2012, p. 808) a imprensa brasileira “não oferecia ainda boas condições para a produção e publicação de livros didáticos no século XIX”.

Os projetos educacionais elaborados a partir de 1827, quando foram criadas as Escolas de Primeiras Letras, estendendo-se até a primeira década do século XX, apresentavam as contradições de uma sociedade influenciada pelo ideário liberal europeu, buscando adaptá-lo à realidade da elite brasileira. Para Bittencourt (1993, p.17) “o estabelecimento da educação escolar foi planejado e acompanhado pelo poder governamental”, responsável por criar mecanismos efetivos de controle em relação ao que deveria ser ensinado. E neste contexto, os livros didáticos configuraram-se como um desses mecanismos, servindo como instrumento

privilegiado de controle do Estado. Neste sentido, é importante salientar na trajetória do livro didático no país a criação também em 1838 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB¹ – nascido numa conjuntura na qual havia a necessidade de fortalecimento da centralização administrativa pelo governo monárquico, devido ao surgimento de vários movimentos contestatórios e rebeliões do período regencial. A finalidade principal do IHGB consistia em reunir documentos sobre a história do Brasil e construir a memória do país.

Ainda em seus primórdios, o IHGB, almejando a construção da história nacional, lançou um concurso para esse fim, tendo como vencedor o alemão Karl Friedrich Philipp Von Martius. A partir de seu trabalho “o tema da miscigenação das três raças formadoras do povo brasileiro passa a ser bastante recorrente no pensamento social e na produção historiográfica nacional, sendo conteúdo obrigatório dos manuais didáticos”. (FERNANDES, 2005, p. 12)

A produção de livros didáticos a partir da criação do IHGB esteve também imbuída da ideologia de construção da identidade brasileira, tendo como autores principais intelectuais movidos pelo espírito nacionalista. Dentre esses intelectuais, destaca-se Joaquim Manuel de Macedo, romancista e autor dos primeiros livros didáticos de História do Brasil.

Os autores que contribuíram para a produção de livros didáticos e livros de leitura para o Ensino Primário e Secundário durante o período imperial e início da Primeira República produziram obras voltadas para a construção da identidade nacional, movidos por interesses do Estado. Desta maneira, assim como outros elementos presentes na cultura escolar, os livros didáticos também reforçaram e contribuíram para a formação do sentimento de nacionalidade, imbuídos desde o momento inicial de visões patrióticas na produção da história do Brasil.

A elaboração dos livros didáticos no país durante o período abordado caracterizou-se então pela existência de duas fases importantes – consistindo a fase inicial em projetos que defendiam a necessidade de se elaborar livros segundo modelos estrangeiros, principalmente franceses e alemães. A partir de 1870 e 1880 as críticas em relação à utilização de obras estrangeiras se ampliaram, dando início à outra fase: conclamando a produção de obras nacionais, atreladas às transformações ocorridas na sociedade brasileira no final do século XIX, como o crescimento da rede escolar, urbanização, imigração, esfacelamento do trabalho escravo e modernização tecnológica da imprensa. (BITTENCOURT, 1993, p. 20).

Os projetos dos educadores e políticos liberais a partir da segunda metade do século XIX defendiam a separação total entre Estado e Igreja, além da construção de uma escola secularizada, diferente do que ocorreu quando foi elaborada a primeira Constituição

¹ - Para facilitar a leitura, ao término do texto há um glossário das siglas utilizadas.

Brasileira, em 1824. Porém, é interessante ressaltar que, segundo Bittencourt (1993, p. 21), nos dois momentos “permaneceu a crença na força do livro didático escolar como peça importante na viabilização dos projetos educacionais”.

Considerando a importância dos livros didáticos para a formação de professores e alunos durante o século XIX, sua elaboração deveria ser feita de maneira cuidadosa, articulada aos interesses do Estado. Neste sentido, deveriam ser produzidos com o intuito de “suprir as necessidades de professores mal formados”. (BITTENCOURT, 1993, p. 22).

Para ministrar as aulas os professores deveriam utilizar livros de autores consagrados, principalmente obras religiosas, e as finalidades com que serviam à educação consistiam principalmente em ditar trechos, solicitar aos alunos cópias ou simplesmente ouvir as discussões relacionadas aos conteúdos. A partir da criação das Escolas Normais surgiram outras concepções para a elaboração de livros didáticos, que ultrapassavam a utilização exclusiva em sala de aula; com a elaboração de obras para formação de professores, além de livros versando sobre leis e regulamentos da instrução pública.

É apropriado ressaltar que inicialmente as obras didáticas tinham a finalidade de atender ao professor, tentando sanar as defasagens em relação à sua formação. No decorrer do século XIX é que a idéia de estender as obras didáticas aos alunos foi expandida, cabendo aos responsáveis pelos projetos educacionais a preocupação de como esses livros didáticos deveriam ser elaborados, assim como quem escreveria os textos destinados aos alunos. A tarefa para a elaboração de livros didáticos vinha imbuída da ideologia de construção da nação brasileira, constituindo desta forma algo ufanista. Neste intuito, destacados intelectuais eram encarregados de sua produção.

Foi durante o governo de Dom Pedro I, em 1827 que uma das primeiras obras didáticas brasileiras foi elaborada por um cidadão de destaque, denominada *Escola brasileira ou instrução útil a todas as classes*, de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, destinada aos professores de Primeiras Letras. Utilizava como principal referência as Sagradas Escrituras. Nela, Cairu demonstrava sua preocupação em disseminar a alfabetização, vista como fundamental para a vida civilizada. Além disso, buscava controlar o “perigo do livro”, capaz de difundir as “luzes” para as classes inferiores, gerando perda da mão-de-obra braçal. (BITTENCOURT, 1993, p. 27-28).

Foram criadas também algumas estratégias para a elaboração de obras didáticas no país durante o século XIX, pois se verificou a baixa produção de livros didáticos por membros da intelectualidade. O Estado procurou assegurar a efetivação dessa política através de honrarias e prêmios em dinheiro, além da abertura de concursos. Durante o século XIX e

início do século XX, o apelo à nacionalização das obras didáticas tornou-se uma constante, apesar da persistência da concepção da importância de tais livros para a formação dos professores e para a divulgação dos conhecimentos a serem transmitidos pela escola. Dentre todas as preocupações que cerceavam a escola no período, cabe destacar a preocupação na criação de novos métodos e disciplinas escolares, a fim de responder as necessidades vividas pela sociedade. Neste contexto, à História Nacional caberia um papel extremamente importante, pois, além do livro didático, serviria como instrumentos para auxiliar na formação do ideário de pertencimento à nação.

A influência de manuais didáticos norte-americanos na educação brasileira é perceptível pela edição em português do livro de Norman Allison Calkins, aqui denominado como *Lição de coisas*. A tradução executada por Rui Barbosa teve sua primeira edição publicada em 1886 (SOUZA, 2005, p. 24). A *Lição de coisas* pretendia introduzir no Brasil o método intuitivo. Neste método, os objetos são empregados como meio de desenvolver as faculdades cognitivas dos alunos:

Essa aplicação prática consistia em oferecer aos professores lições sobre objetos, apresentados na forma de perguntas e respostas, compreendendo séries graduadas tendo em vista o grau de dificuldade e a progressão gradativa do aluno. As lições sobre objetos diversos – vidro, couro, açúcar, esponja, água, pão, sementes, leite, arroz, sal, caneta, cadeira, chave, copo, tesoura, maçã, cola, mel, manteiga, ferro, agulha, pimenta, óleo, vinagre, tinta, vela, lã, chumbo, ouro, prata, cobre, entre outros – eram apresentadas aos professores enfatizando a observação e tendo em vista o desenvolvimento da linguagem, número e forma. Cada passo deveria ser iniciado e controlado pelo adulto e muitas lições enfatizavam um aspecto moral. (SOUZA, 2005, p. 26)

Parte considerável das coisas utilizadas no método intuitivo compuseram os acervos dos museus escolares das escolas em implantação no Brasil no início do século XX.

Durante a Primeira República somente as pessoas alfabetizadas poderiam votar, portanto, a alfabetização era premissa para participação na vida política do país, excluindo a maioria do povo das decisões políticas.

Em relação aos livros utilizados na escola de Primeiras Letras ou Escola Elementar, Bittencourt (1993, p. 46) afirma:

Existia o livro didático da disciplina organizado por nível de idade, cuja complexidade dos conteúdos buscava acompanhar as diversas fases de aprendizagem do aluno, evoluindo segundo os programas de ensino. O outro gênero foi o denominado livro de leitura, um tipo específico de literatura para a infância.

Segundo a autora, para a alfabetização nas chamadas escolas de Primeiras Letras eram utilizadas obras semelhantes aos catecismos, de acordo com a tradição religiosa, procurando garantir inicialmente o conteúdo moral. Além disso, as escolas deveriam seguir o método de ensino mútuo ou lancasteriano, criado no início do século XIX. Porém surgiram várias críticas

a esse método, pois falhava em relação a pouca ou quase nenhuma utilização de livros didáticos, fundamentais para a formação dos alunos. A partir de 1870 as discussões sobre os métodos de alfabetização se ampliaram, devido ao aumento do número de alunos interessados em escolarização. A partir deste período, houve a adoção de um método denominado analítico, caracterizado principalmente pela utilização de cartilhas, cujos defensores foram os intelectuais positivistas e grupos anticlericais, atuando em defesa da nacionalização dos materiais e métodos de ensino no Brasil. As primeiras cartilhas brasileiras foram elaboradas por professores paulistas e fluminenses no final do século XIX. Essas cartilhas, segundo Mortatti (2006, p. 5) “baseavam-se nos métodos de marcha sintética (de soletração, fônico e de silabação) e circularam em várias províncias/estados do país por muitas décadas”.

No início do século XX, as cartilhas fizeram parte do segundo momento da história da alfabetização no Brasil, que se estendeu até meados da década de 1920, caracterizando-se pela adoção do “método de marcha analítica (processos de palavração e sentencição), adaptando-se às instruções oficiais.” (MORTATTI, 2006, p. 7). Apesar da existência das cartilhas, para o curso elementar o Livro de Leitura passou a ser o material didático fundamental, capaz de formar o espírito dos alunos. Para isso, estes materiais deveriam ser elaborados com a finalidade de fornecer conhecimentos variados e despertar nos alunos o gosto pela leitura, além de seus conteúdos possibilitarem o desenvolvimento moral. Neste sentido, as traduções de obras sobre a vida de santos foram utilizadas inicialmente. Com o advento da escola laica, as fábulas ganharam espaço nas obras didáticas, substituindo os conteúdos morais e religiosos por conteúdos morais e cívicos.

O Ensino Secundário, restrito a elite brasileira e reservado preferencialmente aos jovens do sexo masculino, buscou adaptar o programa de disciplinas, articulando-o com o Ensino Superior. Nas primeiras décadas do século XX, a escola secundária brasileira estava representada pelo Colégio Pedro II, alguns ginásios e liceus nos diversos estados, colégios confessionais, seminários, com um currículo voltado para a formação de clérigos e por cursos esparsos. (BITTENCOURT, 1993, p. 58). Os programas para a formação dos membros das elites nestas escolas deveriam seguir um padrão internacional. Nestes estabelecimentos buscava-se preparar os jovens para ingressar principalmente nas faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, além de outros poucos cursos do Ensino Superior existentes no país.

Os livros didáticos utilizados no Ensino Secundário deveriam ser escolhidos criteriosamente pelo professor. A vigilância do Estado para a adoção das obras era constante e intensa, facilitada pela concentração dessas escolas nas principais cidades do país. Para a adoção dos livros didáticos havia uma série de regulamentos de acordo com os estados,

permanecendo a obrigatoriedade da leitura de obras clássicas. Neste contexto, a prática de leitura de obras brasileiras foi diminuta.

3. O livro didático no Brasil: do Estado Novo a contemporaneidade

A partir de 1930, conforme atesta Silva (2012), houve um grande incentivo para a produção didática nacional, movida principalmente pelo novo cenário político. Getúlio Vargas “preocupou-se em fortalecer a idéia de nação forte e unida” (SILVA, 2012, p. 808). Economicamente, a crise de 1929 havia causado elevação no preço das importações de livros, forçando a produção de obras didáticas nacionais. Francisco Campos, ministro da Educação e da Saúde Pública em 1931, foi o responsável pela elaboração de uma proposta didática de cunho nacionalista. A partir de então, os livros didáticos passaram a ser produzidos em larga escala, com autores brasileiros, seguindo o programa nacionalista criado no início da década de 1930.

A preocupação com a produção, distribuição e conteúdo do livro didático aparece no decorrer da história do Brasil desde os tempos imperiais, mas foi durante a década de 1930 que o Estado criou uma legislação específica para o livro didático, por meio da criação de um órgão público capacitado para legislar sobre tais assuntos: o Instituto Nacional do Livro – INL – órgão que tinha por função zelar e ampliar pela produção do livro didático no país.

Com o decreto-lei n. 1006, de 30/12/1938, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD – “cujas atribuições envolviam o estabelecimento de regras para a produção, compra e utilização do livro didático” (MIRANDA; LUCA, 2004, p.124). Nesse momento, o livro didático é uma ferramenta essencial para concretização e reprodução ideológica do Estado Novo. Até então, o livro didático era encontrado de forma desorganizada no país, sendo que cada estado estabelecia um critério para o material. Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública desde 1934, no documento intitulado *Livros escolares: projeto de exposição de motivos* demonstrou a importância de se ter uniformizado no país uma seleção de material para o ensino elementar. Segundo Filgueiras (2013, p.166), pode ser constatado que a CNLD, tinha, entre outras funções:

[...] examinar e autorizar o uso dos livros didáticos que deveriam ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias de todo país. A CNLD deveria ser integrada por sete membros, designados pelo presidente da República, divididos em especializações: metodologia das línguas, metodologia das ciências e metodologia das técnicas.

Infere-se assim que o livro didático era utilizado como um agente em sintonia com interesses econômicos e políticos, fator a condicionar a história ensinada em sala de aula. Esta

postura se estendeu até o período da última ditadura. Isto não significa que seja uma exclusividade de períodos ditatoriais buscar o controle ideológico sobre os escritos utilizados culturalmente. No caso de livros escolares, foi durante o último período ditatorial que se pode constatar toda a desenvoltura política e econômica direcionada à produção do livro e à indústria editorial.

Em 1966, por meio de um acordo entre o MEC e USAID (Agência norte-americana para o desenvolvimento internacional), foi criada a Comissão do livro técnico e livro didático – Colted (FILGUEIRAS, 2013). A Colted dispôs de recursos suficientes para a distribuição de 51 milhões de livros no Ensino Fundamental, contemplando entre seus objetivos o aumento da produção do livro didático e o barateamento de seu preço.

Celeste Filho afirmou que o acordo entre Brasil e Estados Unidos fazia parte de uma aproximação proporcionada pela Organização dos Estados Americanos – OEA. Foi por meio da OEA que, pressionados pelo país norte-americano, seus integrantes receberam a proposta de fazer uma revisão em seus livros didáticos “para que deles fossem retiradas referências desabonadoras aos atos de nosso grande vizinho do norte.” (CELESTE FILHO, 2010, p. 237). Com o objetivo de obter uma reforma educacional entre os países membros, a OEA propôs o “controle estatal dos conteúdos dos livros de História, no que foi prontamente acatada pela ditadura militar brasileira.” (CELESTE FILHO, 2010, p. 258).

Ainda nos anos 1960, mais precisamente em 1967, foi criada a Fundação nacional do material escolar – Fename – por meio da lei n. 5327/67. Nesse momento, o Brasil passava por uma ampliação da rede escolar, proporcionada pela implantação parcial da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – de 1961. Isto provocou um aumento de crianças que não tinham como pagar pelos altos preços dos livros didáticos do Ensino Primário e Secundário. Neste contexto, a Fename produzia materiais didáticos e os distribuía a todo o país a preço de custo (FILGUEIRAS, 2013).

Em 1971, o INL criou o Programa do livro didático para o Ensino Fundamental – Plifed – assumindo os recursos e trabalhos antes organizados pela Colted, que fora extinta nesse mesmo ano por envolvimento em escândalos com transportadoras e empresas que montariam as bibliotecas nas escolas (FILGUEIRAS, 2013, p. 8). Ainda em 1971 ocorreram o fim do convênio MEC/USAID e a reforma educacional provocada pela lei n. 5692/71.

De acordo com Filgueiras (2013), até 1971 a Fename havia produzido mais de 11 milhões de livros didáticos e 200 milhões de objetos de uso escolar. Os autores das principais obras eram professores do Ensino Básico e Superior do Rio de Janeiro; entre eles, vários pertenciam ao corpo docente do Colégio Pedro II, instituição importante para a produção de

livros didáticos desde a primeira metade do século XIX, como já foi mencionado anteriormente.

No ano de 1976 foi extinto o INL, tornando-se a Fename responsável pelo Programa do Livro Didático – PLD. “A Fename mesclava, assim, a função de produtora de livros didáticos e financiadora do mercado editorial privado. Com tal fusão, a Fename tornou-se uma das mais importantes instituições no âmbito educacional do MEC.” (FILGUEIRAS, 2013, p.12).

Nos anos 1980, novos ares de democracia começaram a soprar em terras brasileiras e, nesse momento, as mudanças também adentraram o campo escolar. Em 1983, a Fename foi incorporada pela Fundação de Assistência ao Estudante – FAE – que tomou o Plifed sob sua administração. Seguindo o rumo de uma tímida democracia em ascensão, o Plifed deu lugar em 1985 ao Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

Sobre o período da criação do PNLD, Miranda e Luca (2004, p. 126) afirmam que “a partir desse momento, progressivamente foram sendo incluídas no programa as distintas disciplinas componentes do currículo escolar e o programa foi se delineando no sentido de incorporar os professores no processo de escolha dos livros didáticos”. É apropriado afirmar, concordando com Fernandes (2011, p. 2), que: “O PNLD é um programa de referência para a compreensão do processo de redemocratização brasileira, no campo da política educacional, posto que vem atravessando todos os governos nos últimos 25 anos da história da educação brasileira.”

Outra novidade significativa surge no ano 2000, com a distribuição de dicionários de língua portuguesa para os alunos do Ciclo I do ensino fundamental. Em 2003, é criado o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLDEM), porém, contemplando então apenas as disciplinas de Português e Matemática e proporcionando a distribuição completa desses livros para todas as regiões do país somente em 2005. As demais disciplinas foram incorporadas de forma progressiva, sendo que em 2007 foram distribuídos os livros de Biologia, de História e de Química. Em 2008 abrangeram os livros de Física e de Geografia. Esses livros são entregues hoje trienalmente e de forma reutilizável. As disciplinas de Filosofia, Sociologia e Inglês passaram a ter livros didáticos distribuídos nas escolas a partir de 2010 e a disciplina de Artes somente a partir de 2015. Atualmente, os livros didáticos também podem ser encontrados de forma digitalizada, o que facilita a preparação de aulas com recursos tecnológicos.

4. Considerações finais

Durante o período imperial e Primeira República, pode-se perceber que o livro didático foi utilizado como uma ferramenta capaz de formar um espírito de nacionalidade, visto que nele eram divulgados os heróis nacionais, responsáveis em zelar pela honra e grandiosidade de um país em formação. A partir disso, seu uso em sala de aula era fomentado pela ideia de se concretizar uma história nacional, como também esconder percalços dessa história não tão gloriosa.

No século XX, surgem as instituições e legislação próprias para a regulamentação editorial e de uso escolar do livro didático, com a preocupação em se divulgar a ideologia do Estado do período, reproduzindo palavras e ideias relativas à ordem, à cidadania, à moral e bons costumes. Dentro desse contexto, o financiamento da escola pública e de livros didáticos para crianças carentes, que começaram a frequentar a escola, tornou-se um eficaz meio de controle social no ambiente escolar.

Já no século XXI, a escola progressivamente democratizada participa efetivamente da escolha dos livros didáticos que chegam a ela, desfocando o problema da quantidade de material para a qualidade do material na escola, pois, mesmo com um programa responsável por selecionar os livros possíveis de serem escolhidos pelos professores, ainda assim chegam às escolas livros didáticos descontextualizados da realidade social na qual o aluno está inserido. Frequentemente o professor acaba utilizando este material como currículo único aplicado em sala de aula.

O livro didático tem por essência um papel social que é o de ser um facilitador no processo de desenvolvimento do conhecimento historicamente acumulado pelo homem, mas, ou talvez por isso, ele é utilizado por forças políticas e econômicas como uma ferramenta de poder ideológico. É necessário que o livro didático sempre seja pensado e repensado em cada contexto social que é utilizado e em cada função que ele desempenha. O livro didático deve ser analisado como um material que foi escrito e estruturado como mercadoria, ou seja, o livro antes de tudo é uma mercadoria a ser vendida, mesmo que tenha simultaneamente um papel simbólico de importância crucial. Nesta ferramenta pedagógica convergem interesses díspares da nossa sociedade. Entender os mecanismos de sua produção, circulação e usos na escola nos possibilita compreender nossa própria realidade.

5. Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1993.

CELESTE FILHO, Macioniro. A proposta da Organização dos Estados Americanos para a censura de livros brasileiros de História no auge da ditadura militar. In: MARTINS, Maria Angélica Seabra Rodrigues. *Educação, mídia e cognição*. Bauru/SP, Canal 6, 2010, p. 237-260.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. O livro didático e a pedagogia do cidadão: o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ensino de História. *Saeculum – Revista de História*, n. 13, jul./dez. de 2005, p. 121-131.

FERNANDES, Magda Carvalho. Vinte e cinco anos do PNLD: uma trajetória de negociações entre política educacional e econômica. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação*. Vitória: SBHE/UFES, 2011, p. 1-14.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As avaliações dos livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático: a conformação dos saberes escolares nos anos de 1940. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 13, n. 1 [31], jan./abril de 2013, p. 159-192.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 48, dez. de 2004, p. 123-144.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. *Anais do Seminário Alfabetização e Letramento em Debate*, v. 1, 2006, p. 1-16.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 12, n. 3 [30], set./dez. de 2013, p.179-197.

OLIVEIRA, João Batista Araújo et. al. *A política do livro didático*. São Paulo: Summus, 1984.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático. *Educação e Realidade*, v. 37, n. 3, set./dez. de 2012, p. 803-821.

SOUZA, Rosa Fátima de. Tecnologias de ordenação escolar no século XIX – currículo e método intuitivo nas escolas primárias norte-americanas (1860-1880). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 5, n. 1 [9], jan./junho de 2005, p. 9-42.

Siglas institucionais

CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático – criada em 1938.

FAE – Fundação de Assistência ao Estudante – criada em 1983.

Fename – Fundação nacional do material escolar – criada em 1967.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – criado em 1838.

INL – Instituto Nacional do Livro – criado em 1937.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – criada em 1961.

MEC – Ministério da Educação e Cultura – criado em 1930, originalmente como Ministério da Educação e Saúde Pública. Atualmente, Educação e Cultura organizam-se em dois ministérios distintos.

OEA – Organização dos Estados Americanos – criada em 1948, em substituição à anterior União Pan-Americana.

PLD – Programa do Livro Didático – criado em 1976.

Plifed – Programa do livro didático para o Ensino Fundamental – criado em 1971.

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático – criado em 1985.

PNLDEM – Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio – criado em 2003.

USAID – United States Agency for International Development – criada em 1961.